

Área Temática: Administração Geral

TÍTULO DO TRABALHO: A GESTÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO COM BASE NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CAPES

AUTORES

EMERSON ANTONIO MACCARI

Universidade Nove de Julho

maccari9@gmail.com

AUGUSTO TAKERISSA NISHIMURA

Universidade de São Paulo

augustonishimura@terra.com.br

MARTINHO ISNARD RIBEIRO DE ALMEIDA

Universidade de São Paulo

martinho@usp.br

RESUMO

Nos últimos anos tem se intensificado o processo de avaliação da educação, sendo um fenômeno relativamente novo em muitos países. O Brasil tem se destacado no processo de avaliação da pós-graduação, tendo um sistema que vem evoluindo e desde 1976 é considerado como um dos mais modernos e eficientes do mundo. Este sistema tem se mostrado fundamental para a formação de recursos humanos de alto nível e para o desenvolvimento efetivo da ciência e tecnologia do país. Por meio de seus critérios e indicadores, ele permite avaliar a qualidade dos programas e apontar as áreas que o Estado deseja desenvolver. O objetivo deste estudo é analisar como os programas utilizam o sistema de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES para sua gestão. O método utilizado foi o de estudo de casos múltiplos com quatro unidades de estudo (programas de pós-graduação) públicos e privados, em diferentes estágios de desenvolvimento, localizados em diferentes regiões do País. A interpretação do material reunido adotou as técnicas de agrupamento e de *cluster* recomendadas por Miles e Huberman (1994). Como resultado, observa-se que a obrigatoriedade do credenciamento no sistema e a exigência do cumprimento dos seus requisitos de qualidade para cada nível de nota (numa escala de 3 a 7) tem sido o grande direcionador estratégico dos programas, principalmente no que se refere aos critérios de qualidade do Corpo Docente/Produção Intelectual; Corpo Discente/Egresso e Inserção Social.

Palavras-Chave: Avaliação; Avaliação da Pós-Graduação; Sistema de avaliação da Pós-Graduação; Sistema de Avaliação da CAPES

ABSTRACT

In recent years it has intensified the process of evaluating education, being a relatively new phenomenon in many countries. Brazil has been highlighted in the evaluation of graduation, with a system that has evolved and since 1976 is considered one of the most modern and efficient in the world. This system has been fundamental to the formation of top-notch human resources and the effective development of science and technology in the

country. Through its criteria and indicators, it allows evaluating the quality of programs and identifying areas that the state wants to develop. This study aims to examine how the graduate programs use the evaluation system from the Coordination for the Improvement of High grade Education Personnel - CAPES for their management. The method employed was the study of multiple cases with four specific units of study (graduate programs), public and private, in different stages of development, located in different regions of Brazil. The interpretation of the gathered information adopted the techniques of grouping and cluster recommended by Miles and Huberman (1994). As a result, it is observed that the mandatory accreditation system and the requirement to fulfill their quality requirements for each level of grade (on a scale from 3 to 7) has been the great strategic guide for the programs, especially regarding quality criteria of the Faculty / Intellectual Production; students / Egress and Social Inclusion.

Keywords: Evaluation; Assessment of Graduate; Graduate studies Evaluation System; CAPES Evaluation System

1 - INTRODUÇÃO

A intensa competição global, aliada às rápidas mudanças que ocorre no mundo tem mobilizado os países para a busca de meios para obtenção e sustentação da vantagem competitiva. O desenvolvimento e manutenção do capital intelectual tem sido o fator estratégico adotado para alavancar o crescimento desses países.

A educação superior possui um importante papel nesse processo e, por isso, é considerada como elemento chave na busca desse desenvolvimento. Um importante aspecto está relacionado à avaliação da educação, com forma de acompanhar e certificar a qualidade das Instituições de Ensino e dos Programas a eles vinculados. Ademais, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação pode servir como diretriz, de forma que contribua para o aprimoramento dos cursos, especialmente os programas de pós-graduação.

O sistema de avaliação desses programas foi implantado no Brasil, em 1976, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de cursos desta natureza por meio da pesquisa científica e tecnológica.

O artigo 2, § 1º do estatuto da CAPES atribui a esta a responsabilidade de subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar o sistema de pós-graduação, avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado (BRASIL, 2007).

Para tanto, a CAPES utiliza-se de um sistema de avaliação de programas de pós-graduação que vem sendo aperfeiçoado desde sua concepção, visando atender aos seguintes aos objetivos:

1. estabelecer o padrão de qualidade para os cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão;
2. fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
3. impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;
4. contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;
5. contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;
6. dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;
7. oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação. (CAPES, 2008).

Dada a importância do sistema de avaliação no que concerne à definição das diretrizes para o desenvolvimento da pós-graduação, é relevante estudar a contribuição do referido sistema para melhoria da gestão dos programas brasileiros de pós-graduação. Nesse sentido, esta pesquisa busca responder à seguinte pergunta: **como o sistema de avaliação é usado para a gestão dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* em Administração no Brasil?** Para responder a esta pergunta, realizou-se um estudo multicaso com quatro programas de Pós-Graduação com o objetivo de **analisar como os programas utilizam o sistema de avaliação da CAPES para sua gestão.**

2 - AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A prática da avaliação educacional é algo recente na maioria dos países, com exceção dos Estados Unidos, onde, há muito tempo, são feitas avaliações regulares por órgãos não governamentais (DURHAN, 1992). Nessa linha, Schwartzman (1990) afirma que embora tenha uma tradição mais antiga na América do Norte, a temática da avaliação do ensino superior ainda é algo recente no contexto latino americano e europeu. Na Europa, o autor cita o surgimento do artigo Evaluate State, que aborda uma modalidade de governo que procura substituir os tipos mais tradicionais de controle burocrático ou planejamento de atividades a priori por mecanismos de avaliação a posteriori. Durhan (1992) cita o exemplo da França e da Holanda, países que, por possuírem tradição na administração centralizada, consideram o estado avaliador como uma forma de descentralização que procura livrar as universidades do controle formal e burocrático do governo federal, fazendo com que estas deixem de ter que atingir e ampliar os padrões de desempenho estabelecidos pela sociedade.

Em contrapartida, Schwartzman (1990) alega que o sistema britânico de avaliação, diferentemente do francês e do holandês, preserva a tradição secular de autonomia dos sistemas universitários. Durham (1992) acrescenta que órgão de financiamento de universidades da Inglaterra - a University Funding Commission - vem desenvolvendo, ao longo dos anos, um sistema de avaliação e acompanhamento que orienta a distribuição diferenciada de recursos. Dessa forma, o governo britânico estabeleceu uma política educacional que favorece a relação com o sistema produtivo, pois pressiona o desenvolvimento dessa área e promove uma racionalização dos cursos das universidades. Nesse sentido, percebe-se que o sistema de avaliação institucional pode se transformar em um poderoso instrumento de controle do estado sobre a universidade.

Assim, a nova ênfase da avaliação tende a assumir as características de uma intervenção, porém, em todos os contextos, a introdução da avaliação deve alterar as divisões tradicionais de poder entre ministérios e universidades. Nesses casos, as universidades perdem autonomia para um poder central de avaliação, (SCHWARTZMAN, 1990).

House (1992); Allen (1996) e Durham (1992; 2006) alertam que a avaliação não pode ser utilizada como um instrumento de centralização e pressão unilateral do Estado e nem como um elemento para substituir as pressões de mercado (como no caso dos EUA) que provoca uma pressão generalizada no sentido de promover a adaptação das instituições.

Afonso (2000) destaca que a avaliação é um pré-requisito para que seja possível a implementação dos mecanismos de controle e responsabilização desejados pelo Estado, haja vista que, sem objetivos claros e previamente definidos, não é possível criar indicadores e medir as performances dos sistemas.

Nessa linha, Schwartzman (1990) e Durham (1992) destacam que sem a avaliação, não há nenhum mecanismo que estabeleça o desenvolvimento das instituições como um parâmetro para a distribuição de recursos, pois é ela que viabiliza a implantação de uma política de nível mais elevado e menos personalista. Daí a necessidade de que o processo de avaliação seja transparente e utilize-se de critérios legítimos. Sendo assim, a definição de desempenho e o desenvolvimento de sistemas de avaliação deverão ser prioridades para os países que desejam alcançar padrões de qualidade aceitáveis (EL-KHAWAS, 1998).

Um caso exemplar é o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que iniciou suas atividades na década de 1950 para impulsionar o desenvolvimento da pós-graduação no País e, 20 anos depois, passou também a avaliá-los. Hoje, o sistema de avaliação da CAPES - que é reconhecido como um dos mais modernos e eficientes do mundo - possui mais de 2.500 programas credenciados e avaliados (CAPES, 2009). Neste sentido, de acordo com Gassola (apud SBPC, 2008), não há na América Latina e no Caribe, e é até difícil encontrar no restante do mundo, um sistema comparável ao do Brasil no que concerne à qualidade de

avaliação. Para o autor, quando se compara o sistema de ensino superior brasileiro ao do México, observa-se que ambos possuem basicamente o mesmo número de IES. No Brasil, porém, são formados aproximadamente 10.000 doutores por ano, enquanto no México esse número não ultrapassa 5.000. Gassola atribui essa diferença a maior eficiência indutiva do sistema de avaliação da CAPES.

3 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CAPES

De acordo com a CAPES (1999), a pós-graduação é reconhecidamente o componente mais bem sucedido do sistema educacional brasileiro. Esse êxito deve-se, em grande parte, ao fato de as ações do Governo brasileiro, voltadas para o desenvolvimento desse nível de ensino, terem-se calcado em um processo sistemático e bem conduzido de avaliação do desempenho dos cursos de mestrado e de doutorado existentes no país.

A rigor, ao estabelecer as metas e requisitos de qualidade que nortearam o desenvolvimento desse nível de ensino, o Sistema de Avaliação patrocinado pela CAPES assegurou bases sólidas ao processo de expansão e consolidação da pós-graduação nacional e contribuiu para a criação das condições essenciais para que se efetivassem grandes avanços no campo da pesquisa científica e tecnológica no país.

No Brasil, o credenciamento do curso perante a CAPES é um requisito legal, cuja validade dos diplomas de mestrado e doutorado depende de o programa ter seus cursos reconhecidos e recomendados. A partir de 1999, o processo de avaliação passou a atribuir notas aos programas, e não aos cursos individualmente. Quando o curso obtém a nota mínima 3 (três) na avaliação, indica que ele atende ao requisito mínimo de qualidade estabelecido pela legislação vigente, para que seja reconhecido pelo Ministério da Educação por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Já a nota 7 (sete) passou a ser a nota máxima para programas que possuem mestrado e doutorado; e a nota 5 (cinco), para os que possuem apenas o mestrado. Isso ocorreu devido ao fato de a CAPES ter optado por adotar padrões internacionais de qualidade, como parâmetro para avaliação dos Programas nacionais de excelência, visando uma maior inserção internacional da pós-graduação brasileira (CAPES, 2002). Para cada nível superior de nota, no sistema de classificação CAPES, há também exigências maiores ao programa.

3.1 Parâmetros do Sistema de Avaliação da CAPES

Atualmente existem 96 programas de pós-graduação credenciados pela CAPES na área de Administração, Contabilidade e Turismo. São 121 cursos no total, sendo 70 de mestrado, 25 de doutorado e 26 de mestrado profissionalizante, (CAPES, 2009).

Cabe ao Comitê da área de Administração adaptar o sistema de avaliação da CAPES à área de Administração. O sistema é composto pelos seguintes critérios: (1) proposta do programa; (2) corpo docente; (3) corpo discente; (4) produção intelectual e (5) inserção social. Destaca-se que o Comitê de área tem a liberdade de alterar um critério em 5% para mais ou para menos. A seguir detalha-se os itens que compõem cada critério do sistema de avaliação de acordo com o documento Critérios de Avaliação da Área de Administração disponível em CAPES (2006).

Tabela 1 - Critérios da avaliação

CRITÉRIOS	DESDOBRAMENTO DE CADA QUESITO	AVALIAÇÃO				
		M. BOM	BOM	REGULAR	FRACO	DÉFICIENTE
Proposta do programa	Áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos em andamento (pesquisa, desenvolvimento e extensão).	AVALIAÇÃO QUALITATIVA				
	Coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular.					
	Infra-estrutura para ensino, pesquisa e extensão.					
	Atividades inovadoras e diferenciadas de formação de docentes.					
	15% Formação dos docentes permanentes.	≥ 80%	70 - 79%	60 - 69%	50 - 59%	< 50%

Corpo Docente (20%)	25%	Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes.	> 70%	61 - 70%	51 - 60	40 - 50%	< 40%
	20%	Perfil do corpo permanente em relação à proposta do programa.	≥ 80%	70 - 79%	60 - 69%	50 - 59%	< 50%
	10%	Atividade docente permanente na pós-graduação.	> 90%	80 - 89%	70 - 79%	60 - 69%	< 60%
	10%	Atividade docente permanente na graduação.	≥ 90%	80 - 89%	70 - 79%	60 - 69%	< 60%
	20%	Participação dos docentes em pesquisa e desenvolvimento de projetos.	≥ 90%	80 - 89%	70 - 79%	60 - 69%	< 60%
Corpo Discente Teses e Dissertações (35%)	20%	Percentual de defesas mestrado/doutorado em relação ao corpo docente permanente.	≥ 40% ≥ 25%	36-39% 22-24%	30-35% 18-21%		< 30% < 18%
	15%	Adequação e compatibilidade da relação orientador/discente.	≤ 8				< 8
	10%	Participação de discentes autores da pós-graduação e graduação.	≥ 25% ≥ 40%	20-24,9% 30-39,9%	15-19,9% 20-29,9%	10-14,9% 10-19,9%	< 10%
	20%	Dissertações/teses vinculadas a publicações.	> 50% > 80%	40-50% 60-80%	30-40% 40-60%	20-30% 30-40%	< 20% < 30%
	20%	Qualidade das teses e dissertações.	AVALIAÇÃO QUALITATIVA				
	15%	Tempo médio de titulação de mestres e doutores.	< 30 < 54	30 - 31 54 - 55	32 - 33 55 - 56		> 33 > 56
Produção Intelectual (35%)	50%	Publicações qualificadas do programa por docente permanente.	≥ 50	35 - 49	20 - 34	12 - 19	< 12
	20%	Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente.	≥ 80%	70 - 70%	50 - 69%	20 - 49%	< 20%
	15%	Produção técnica ou tecnológica.	AVALIAÇÃO QUALITATIVA				
	15%	Produção de alto impacto.	≥ 100	75 - 99	50 - 74	25 - 49	< 25
Impacto Social (10%)	60%	Inserção e impacto regional e/ou nacional do programa.	AVALIAÇÃO QUALITATIVA				
	30%	Integração e cooperação com outros programas.					
	10%	Visibilidade ou transparência do programa.					

Obs: No critério Discentes/Dissertações e Teses os números em vermelho referem-se aos indicadores utilizados para avaliar o curso de mestrado, já os números em azul são utilizados para avaliar o curso de doutorado, os números em preto servem para avaliar tanto os cursos de mestrado quanto os de doutorado.

Fonte:Elaborado a partir de: BECKER, J. L. **Critérios aprovados pelo CTC para o triênio 2007-2009.** Apresentação em PowerPoint. Rio de Janeiro, Novembro de 2008.

Na tabela 1, nota-se que 80% dos itens do sistema de avaliação são de caráter quantitativos e 20% restantes são qualitativos, mas, medidos em parte de forma quantitativa. Observa-se também que a proposta do programa que é o único critério eminentemente qualitativo, porém, não possui peso na avaliação, sendo classificada como “Adequada” ou “Inadequada”. A proposta do programa é o espaço reservado para os programas descreverem suas atividades de pesquisa, desenvolvimento e extensão.

Destaca-se que durante a avaliação trienal ocorrida em 2007 o CTC deliberou e atribuiu mais peso ao critério Corpo Discente que passou a representar 35% do total da avaliação. O que o igualou ao peso da Produção Intelectual com 35%. Estes dois quesitos juntos correspondem a 70% do peso total da avaliação e são os decisivos no momento da atribuição da nota pela CAPES, haja vista que estes quesitos são considerados como resultados da atuação do programa, sendo que o primeiro ilustra a eficiência (formação do aluno) e o segundo a eficácia (geração de conhecimento).

Já o critério Corpo Docente apesar de representar 20% do peso total da avaliação, parece ser o mais importante. Isto devido ao fato dele influenciar diretamente no resultados dos demais critérios da avaliação e também ser utilizado como denominador no cálculo dos itens da avaliação. Ou seja, quanto melhor for a atuação individual do docente (formação do aluno, produção intelectual), melhor será a avaliação coletiva do programa. Isto, evidentemente, acompanhado de consistência e distribuição equilibrada da atuação do corpo docente no triênio de avaliação.

Quanto ao critério Inserção Social infere-se que ele é relativamente novo no sistema de avaliação da CAPES, tendo aparecido, pela primeira vez, no triênio de avaliação 2004-2006, com 10% do peso total. Por isso, as áreas ainda estão definindo e desenvolvendo indicadores para medir o impacto social gerado pelo programa. A área de Administração já definiu três itens que compõe esse critério, são eles: (a) inserção e impacto regional e/ou nacional do programa (60%); (b) integração e cooperação com outros programas (30%); e (c) visibilidade ou transparência do programa (10%) Destaca-se que a inserção social tem característica mais qualitativa e faz parte dos resultados do programa.

4 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é caracterizado por uma pesquisa qualitativa exploratória, que, de acordo com Eisenhardt (1989), viabiliza estudos com dados qualitativos, os quais são particularmente úteis quando se quer entender o porquê do relacionamento entre variáveis. Entende-se que esse tipo de pesquisa possui o potencial para atender, de maneira satisfatória, o interesse dos pesquisadores em se obter informações relevantes, resultantes do levantamento em profundidade dos dados, possibilitando conhecer melhor um determinado fenômeno (YIN 2003, VAN MAANEN, 1988).

Optou-se pelo estudo multi-casos pois as evidências de seu uso apontam para resultados mais sólidos (HERRIOTT; FIRESTONE, 1983) e a principal razão de sua escolha é a possibilidade da replicação lógica ou generalização, sendo que as unidades objetos de análise são constituídas por quatro programas de pós-graduação em administração, sendo duas públicas e duas privadas.

Para a coleta de dados, utilizou-se de dados secundários, obtidos por meio de pesquisa em *websites* dos programas e relatórios publicados e disponíveis no *website* da CAPES, e de dados primários, cujo levantamento consistiu de entrevistas em profundidade junto aos coordenadores de cada programa de pós-graduação. Samara e Barros (1997, p. 27) afirmam que é necessário realizar entrevistas individuais e fazer uma análise verticalizada em relação ao objeto em estudo, permitindo identificar pontos comuns e distintivos presentes na amostra escolhida.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a pesquisa semi-estruturada, pois tem-se o conhecimento de que é mais provável que os pontos de vistas dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada ou por meio de um questionário (FLICK, 2004). De acordo com Miles e Huberman (1994), a análise de dados qualitativos, em um estudo de múltiplos casos, requer a utilização de técnicas que facilitem a compreensão, síntese e sumarização dos resultados. Para que isso seja possível, é fundamental que o instrumento de coleta seja o mesmo, a fim de possibilitar a comparação. Isso significa que questões, códigos de dados, variáveis e apresentação dos resultados devem ser comuns. Estes autores sugerem a criação de meta-matriz que possibilite sintetizar e agrupar os dados em clusters. Adicionalmente, utilizaram-se categorias que possibilitassem olhar as similaridades intra-grupos e as diferenças inter-grupos.

4. 1 - Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

O critério de escolha dos sujeitos da pesquisa (quatro programas) seguiu a lógica de selecionar programas que apresentassem características distintivas sendo feito da seguinte forma: (1) dois programas de universidades públicas (Universidade de São Paulo - USP - e Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS), que possuem grande tradição na pós-

graduação, sendo avaliados há mais tempo pela CAPES e que foram considerados de excelência conquistando o conceito 6 por dois triênios consecutivos; (2) Os outros dois programas são: uma universidade pública - Universidade Regional de Blumenau (FURB) e uma privada, Universidade Nove de Julho (UNINOVE) que foram considerados de nível “Bom” pela CAPES, pois obtiveram o conceito 4 na avaliação no triênio 2004-2006 e tiveram seus cursos de doutorado aprovados recentemente, 2008 no caso da FURB, e 2007 no da UNINOVE. A seguir, apresentam-se os quatro programas juntamente com seus dados de titulação de aluno e produção intelectual o que justifica suas escolhas.

4.1.1 Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA/USP

O PPGA/USP iniciou suas atividades em 1975, com o lançamento dos cursos de mestrado e doutorado e já formou 780 mestres e 380 doutores. É vinculado ao Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, fundada em 1946. A missão do departamento é “contribuir para o avanço do conhecimento em Administração, formando administradores de alta competência e socialmente responsável” (EAD, 2008).

A tabela 2 apresenta os dados extraídos do “Caderno de indicadores” para o triênio 2001 a 2003 (CAPES, 2008b) e da “Planilha comparativa da avaliação trienal 2007” para o triênio de 2004 a 2006, disponíveis no site da CAPES (CAPES, 2008c). Para facilitar a análise, os dados foram aglutinados nas categorias internacionais (A1 e A2), nacionais (B1, B2, B3) e locais (B4, B5 e C) na tabela de Classificação Qualisⁱ. Esse procedimento também foi realizado no caso dos livros (texto integral, Capítulo e coletânea). Destaca-se que não foram computados as produções em congressos devido ao fato de a CAPES não considerar este tipo de produção como definitiva.

Tabela 2 - Produção PPGA/USP nos triênios 2001-2003 e 2004-2006

TRIÊNIO	DP	TITULADOS		PERIÓDICOS			LIVROS			INDICADORES	
		M	D	Intern.	Nac.	Local	Texto Integral	Cap.	Colet.	Prod. Total	Prod. Per cap.
2001-2003	49	136	46	17	41	13	45	90	3	209	4,27
2004-2006	48	162	91	36	130	21	39	148	11	385	8,02

Legenda: DP = Docente Permanente M = Mestrado D = Doutorado

Fonte: Autores

A tabela 2 mostra uma evolução na quantidade e qualidade das produções intelectuais do PPGA/USP de um triênio a outro. O número de produções - absoluto e per capita - quase dobrou de um triênio para outro, com um aumento significativo de produções publicadas em periódicos internacionais e nacionais. Talvez este aumento tenha sido induzido pelo sistema de avaliação da CAPES, que exige determinada quantidade publicações em periódicos internacionais e nacionais para manutenção do programa no nível 6.

Destaca-se, também, a melhora na formação dos discentes, que passou de 136 mestres no triênio 2001-2003, para 162 no triênio de 2004-2006, ou seja, alcançou um aumento de 20%. Já a formação de doutores passou de 46 para 91, ou seja, aumento de 97%. Observa-se ainda que quase não houve variação no corpo de docentes permanentes. Isso fortalece a tese de que o Programa melhorou seu desempenho tanto na titulação de seus alunos quanto na produção intelectual qualificada.

4.1.2 - Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA/UFRGS

O PPGA/UFRGS iniciou suas atividades em 1972, com o curso de mestrado em Administração e, em 1992, com o doutorado na mesma área. A missão do programa é “Promover o conhecimento orientado à Administração, por meio do ensino, pesquisa e

extensão, desenvolvendo organizações para a melhoria da qualidade de vida na sociedade” (EA, 2008). O PPGA/UFRGS está vinculado à Escola de Administração da UFRGS, fundada em 1951. A tabela 3 contém os principais indicadores do PPGA/UFRGS, extraídos do “Caderno de indicadores” para o triênio 2001 a 2003 (CAPES, 2008b) e da “Planilha comparativa da avaliação trienal 2007” para o triênio de 2004 a 2006, disponíveis no site da CAPES (CAPES, 2008c).

Tabela 3 - Produção PPGA/UFRGS nos triênios 2001-2003 e 2004-2006

TRIÊNIO	DP	TITULADOS		PERIÓDICOS			LIVROS			INDICADORES	
		M	D	Intern.	Nac.	Local	Texto Integral	Cap.	Colet.	Prod. Total	Prod. Per cap.
2001-2003	31	243	22	7	106	7	9	50	1	180	5,81
2004-2006	32	105	52	18	80	13	7	79	2	199	6,22

Legenda: DP = Docente Permanente M = Mestrado D = Doutorado

Fonte: Autores

A tabela 3 demonstra a evolução no número de produções intelectuais da UFRGS, principalmente, no que diz respeito aos artigos internacionais, passando de 7, no triênio 2001-2003, para 18 no triênio 2004-2006. Observa-se, também, uma elevação no número de doutores formados pela Instituição, o que mostra a tendência dos programas consolidados e de excelência em ampliarem a formação de doutores, mesmo que isto implique na diminuição na formação de mestres. Essa evolução, também, parece estar relacionada à exigência da CAPES para os programas de nível 6 produzirem mais internacionalmente e contribuam para a formação de recursos humanos qualificados, em especial, de doutores. Destaca-se também o aumento da produção intelectual per capita dos Docentes Permanentes (DP), que passou de 5,81 para 6,22.

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGAd/FURB

Recomendado pela CAPES desde 1997, o PPGAd/FURB tem o objetivo de desenvolver e disseminar conhecimentos que fortaleçam a utilização de procedimentos inovadores na área de estratégias competitivas e gestão empresarial, bem como de formar professores para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em gestão empreendedora de organizações (FURB, 2008).

A tabela 4 apresenta os principais indicadores do PPGA/FURB, extraídos do “Caderno de indicadores” para o triênio 2001 a 2003 (CAPES, 2008b) e da “Planilha comparativa da avaliação trienal 2007” para o triênio de 2004 a 2006, disponíveis no site da CAPES (CAPES, 2008c).

Tabela 4 - Produção PPGAd/FURB nos triênios 2001-2003 e 2004-2006

TRIÊNIO	DP	TITULADOS		PERIÓDICOS			LIVROS			INDICADORES	
		M	D	Intern.	Nac.	Local	Texto Integral	Cap.	Colet.	Prod. Total	Prod. Per cap.
2001-2003	12	61		6	4	30	6	18	0	64	5,33
2004-2006	11	60		1	47	4	3	40	4	99	9,00

Legenda: DP = Docente Permanente M = Mestrado D = Doutorado

Fonte: Autores

A tabela 4 ilustra a evolução do PPGAd/FURB no quesito produção intelectual, principalmente no que se refere aos periódicos nacionais e capítulos de livros. Nota-se que não houve alteração significativa no quadro de Docentes Permanente (DP), porém houve uma

grande elevação no número de produções per capita por DP, passando de 5,33 produções no triênio 2001-2003, para 9,00, no triênio 2004-2006, um aumento de quase 70%. Esta evolução demonstra o amadurecimento e consolidação do programa, o que possibilitou, em 2008, a aprovação do curso de doutorado em Ciências Contábeis e Administração.

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGA/UNINOVE

O PPGA/UNINOVE iniciou suas atividades no ano de 2001 com o mestrado em administração e, em 2007 aprovou o curso de doutorado na mesma área. A missão do programa é “estabelecer um programa de qualidade na área de pós-graduação stricto sensu, apresentando-se como uma alternativa aos grandes programas que existem na cidade de São Paulo.” A tabela 5 contém os principais indicadores do PPGA/UNINOVE, extraídos do “Caderno de indicadores” para o triênio 2001 a 2003 (CAPES, 2008b) e da “Planilha comparativa da avaliação trienal 2007” para o triênio de 2004 a 2006, disponíveis no site da CAPES (CAPES, 2008c).

Tabela 5 - Produção PPGA/UNINOVE nos triênios 2001-2003 e 2004-2006

TRIÊNIO	DP	TITULADOS		PERIÓDICOS			LIVROS			INDICADORES	
		M	D	Intern.	Nac.	Local	Texto Integral	Cap.	Colet.	Prod. Total	Prod. Per cap.
2001-2003	13	26		1	13	9	3	6	3	35	2,69
2004-2006	12	48		1	44	2	6	25	0	78	6,50

Legenda: DP = Docente Permanente M = Mestrado D = Doutorado

Fonte: Autores

A tabela 5 demonstra uma grande evolução dos indicadores do PPGA/UNINOVE no triênio 2004-2006 em relação ao anterior. Na medida em que o programa foi amadurecendo, os indicadores de produção intelectual foram aumentando de forma consistente, mais do que o dobro de publicações, e o número de alunos titulados também aumentou significativamente. Destaca-se a produção em periódicos nacionais, que passou de 13 para 44, e a produção de capítulos de livro, que passou de 6 para 25, na comparação entre os triênios. Isso ajudou a elevar a produção per capita por professor permanente de 2,69 para 6,50. Como resultado, o PPGA/UNINOVE obteve conceito “Bom” na última avaliação da CAPES, o que contribuiu para que o pedido para abertura do curso de doutorado fosse aprovado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas junto aos coordenadores dos programas foram realizadas por meio de perguntas abertas, num total de 21 questões, que foram classificadas em seis clusters ou categorias, a saber: (1) Credenciamento junto à CAPES, (2) Planejamento Estratégico, (3) Corpo Docente, (4) Corpo Discente / Egresso, (5) Inserção Social e (6) Sistema de Avaliação. A seguir são apresentados os resultados de acordo com cada categoria.

Credenciamento

Os coordenadores foram unânimes ao responderem sobre a necessidade de credenciamento do programa junto à CAPES. Acrescenta-se que, ter o credenciamento significa que o curso possui qualidade. O mercado reconhece esse sistema e os alunos buscam os programas que possuem as maiores notas, pois isso é um fator de distinção no sistema brasileiro. Estar credenciado também implica em ganho de imagem para a IES. Quando maior for o conceito, mais prestígio ela irá possuir perante a sociedade. Também, dependendo da

nota obtida, o programa passa a ter mais autonomia para gerir os recursos (bolsas e custeio) provindos da CAPES.

Para Schwartzman (1990) e Durham (1992), a avaliação é importante, pois permite estabelecer um mecanismo para a distribuição de recursos, na direção do desenvolvimento e aprimoramento das instituições. Esse procedimento significa a implantação de uma política de nível mais elevado e não personalista. Assim, dentro do sistema de avaliação da CAPES, a atribuição de notas não serve somente para reconhecer os cursos que possuem qualidade, mas também para orientar a distribuição de recursos.

Nesse sentido, comprova-se uma distinção entre os grupos de programas no Brasil. Os mais antigos e com nota maior na avaliação, como a USP e a UFRGS afirmaram que estão direcionando os recursos de financiamentos para o incentivo à produção intelectual em periódicos (internacionais e nacionais) e também para atender aos critérios de recebimento das notas “6” e “7”. Outro ponto de destaque foi observado na resposta do coordenador da USP, o qual afirmou estarem investindo em uma equipe interna de apoio, para cuidar das questões de coleta, organização e relato das informações exigidas pelo sistema da CAPES. Já os programas mais novos, com menor conceito de avaliação, como a FURB e a UNINOVE, afirmaram que direcionaram o investimento para atender às exigências de produção intelectual requerida pelo sistema de avaliação, por meio de auxílio nas traduções, revisões e tratamentos estatísticos dos trabalhos que serão submetidos a eventos e periódicos.

Planejamento Estratégico

A existência do planejamento estratégico e, por conseguinte, do plano estratégico não é uma exigência do sistema de avaliação no Brasil. Nesse sentido, os programas, com exceção da FURB, não possuem um plano estratégico formalmente estabelecido. Analisa-se que os programas utilizam o sistema de avaliação da CAPES para definirem as suas estratégias e planos de ações. Destaca-se, ainda, que são os coordenadores os responsáveis pela implementação e pela execução desse plano de metas.

Na falta de um plano estratégico formal, os programas desenvolvem suas ações no intuito de cumprir os requisitos do sistema de avaliação da CAPES para cada nível de classificação. Assim, identifica-se que o sistema de avaliação, por meio das recomendações anuais, passa a ser o grande balizador das ações dos programas. Dessa forma, os programas recebem *feedbacks* do sistema de avaliação sobre suas deficiências e procuram atendê-las, com a meta de alcançarem uma melhor classificação ou, na pior das hipóteses, manterem a classificação já obtida.

A CAPES possui uma composição muito particular para orientar a estrutura curricular dos programas e, observou-se na pesquisa que os programas desenvolvem seus cursos para atender a esta estrutura. Nesse sentido, a coerência entre a estrutura curricular e a missão do programa é verificada por meio da lógica entre área de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. Isso é percebido pelos resultados, tanto da produção intelectual docente, quanto formação discente, os quais precisam estar alinhados a esta estrutura. Destaca-se também que cada professor é responsável por efetuar melhorias nas suas disciplinas ou ofertar novas, cabendo à coordenação do programa fazer o acompanhamento da consistência do conteúdo da disciplina aos objetivos do curso.

Corpo Docente e Produção Intelectual

O sistema de avaliação da CAPES é um sistema eminentemente quantitativo. Em vista disso, o critério corpo docente representa 20% da avaliação total. Contudo, ele se torna o elemento mais importante do sistema, haja vista que os demais critérios, de uma forma ou de outra, dependem da atuação do corpo docente permanente no programa.

Assim, ao se analisar a resposta dos coordenadores em relação à influência no processo de contratação de novos docentes, verifica-se que o sistema de avaliação da CAPES tem se mostrado o grande direcionador na contratação pelos programas. O aspecto mais considerado no momento da contratação é o da produção intelectual, alinhada com as exigências do sistema de avaliação da CAPES, tanto em qualidade quanto em quantidade. Como destaque, a necessidade de contratação de docentes ocorre para cobrir lacunas ou linhas que o programa deseja desenvolver.

A administração do fluxo docente no programa (entrada e saída) ao longo do triênio de avaliação, para os coordenadores, depende basicamente do potencial ou do nível de produção intelectual. Todavia, fica evidente a grande cobrança do item produção por parte de todos os coordenadores, procurando atender às metas estabelecidas pelo sistema de avaliação para cada nível de nota. Nesse sentido, existe uma forte pressão para os professores atingirem suas cotas de produção, anualmente, para que ao final de cada triênio tenham uma boa média de pontuação. Assim, os professores do corpo permanente que não conseguem atingir esse patamar no triênio passam a figurar como colaboradores ou até mesmo saem do quadro de professores do programa. Já os professores colaboradores que apresentam pontuação compatível com a exigida podem vir a fazer parte do corpo permanente.

Para o sistema da CAPES, há a exigência de que pelo menos 80% dos professores do corpo docente estejam na categoria de **docente permanente**. Para um professor figurar nesta categoria, ele precisa possuir as seguintes atividades no programa: a) lecionar; b) participar de projeto de pesquisa; c) orientar alunos de mestrado e ou doutorado; e d) ter vínculo funcional com a Instituição de 40 horas semanais ou, em caráter excepcional, pode ser considerado as especificidades da área ou da Instituição (CAPES, 2004).

Essas regras direcionam a gestão da carga de trabalho dos professores nos programas. Dessa forma, os coordenadores responderam que eles dimensionam a carga de trabalho do seu corpo docente, seguindo as regras do sistema de avaliação da CAPES. Adicionalmente, a coordenação acompanha a carga de trabalho ao longo do ano, buscando com isso o equilíbrio de atividades do corpo docente.

Em relação ao quesito produção intelectual, os coordenadores afirmaram que existem ações para melhorar a qualidade e quantidade, havendo políticas de incentivo e apoio que fomentam a produtividade. Note-se que esse critério, na avaliação, perfaz 35% da avaliação global e é decisivo no momento de se atribuir a nota ao programa. É possível identificar a distinção entre os grupos de programas maiores e mais antigos e entre os menores e mais novos. Os do primeiro grupo (USP e UFRGS) estimulam a produção docente por meio de incentivos financeiros para a produção em periódicos internacionais e nacionais. Os professores mais produtivos são ainda homenageados e recebem o reconhecimento dos pares e da academia. O segundo grupo de programas (FURB e UNINOVE) foca no estímulo à produção em parceria com os discentes e na disponibilização de uma estrutura para auxiliar o professor na produção dos trabalhos. O programa da FURB destacou a importância dos congressos como um importante veículo de divulgação dos resultados das pesquisas. Já o programa da UNINOVE utiliza-se do constante acompanhamento da produção do docente, como forma de “lembrar” os professores da necessidade da produção intelectual.

Destaca-se que os coordenadores não mencionaram a produção técnica, talvez por ser um critério qualitativo e ainda não ter uma boa definição de quais produções técnicas realmente são importantes. Neste ponto, é importante analisar a resposta do coordenador da UFRGS, ao afirmar que os trabalhos apresentados em congressos devem ser considerados como processo e não de produto final. A partir deste ponto de vista, abre-se espaço para este tipo de produção ser classificado como técnica (processo).

Em relação à obtenção de recursos, o sistema de avaliação da CAPES exige, a partir da nota “5”, que um determinado número de docentes permanentes seja bolsista de

produtividade do CNPq ou coordene projetos de pesquisas financiados por agências de fomento (estadual, nacional ou internacional). O número de professores que deve possuir esta característica vai aumentando, na medida em que o programa alcança uma nota melhor. A título de exemplificação, é exigido que 10% dos docentes permanentes estejam nesta categoria, estando vinculados aos programas com nota 5. Este número sobe para 25%, para os programas com nota 6, e, para 40%, para os programas com nota 7. Assim, esses números ajudam a entender o porquê de os programas mais bem avaliados se preocuparem em aumentar o número de professores nesta categoria.

Corpo Discente/Egresso

O critério Corpo Discente representa 35% do total da avaliação no sistema da CAPES e observa-se que o sistema de avaliação influencia fortemente os programas a atenderem principalmente os itens da avaliação: tempo médio de titulação e produção discente. Todos os coordenadores afirmaram que estão atentos a estas questões, fazendo com que o programa oportunize titulação ao aluno dentro do prazo estipulado pelo sistema (até 30 meses para o mestrado e até 54, para o doutorado). Adicionalmente, os alunos são pressionados a produzirem intelectualmente, de preferência em parceria com o professor orientador. Nesse sentido, de acordo com os coordenadores, quando se possui um tempo médio de titulação baixa, o programa está sendo eficiente; e, quando os alunos estão produzindo intelectualmente, o programa está sendo eficaz e demonstra que tem qualidade. Dessa forma, observa-se que o sistema de avaliação da CAPES foca o resultado e não o processo.

A produção intelectual discente é fomentada por meio de mecanismos utilizados pelos programas, seja na forma de incentivos financeiros, validação de créditos ou por meio de exigências formais estipuladas no regulamento dos programas. Isso comprova que o discente também sofre pressões para produção advinda de professores que precisam cumprir uma cota de produção anual. Nesse sentido, identifica-se que o sistema de avaliação estimula os trabalhos em pares - entre docente-discente -, haja vista que uma produção feita em parceria conta tanto para o critério produção docente quanto para o de produção discente.

Para o acompanhamento discente, os programas possuem uma sistemática própria para isso. É importante reafirmar que o sistema de avaliação da CAPES avalia resultados e não processo, cabendo aos programas definirem os processos internos, no intuito de atingir as exigências de resultados estipulados pelo sistema. Nesta direção, quando se avalia a exigência do sistema de avaliação, para que os programas se mostrem eficientes, são criados, por eles, mecanismos para acompanhar o aluno e respectivas atividades no âmbito do programa. Destaca-se o mecanismo de classificação de alunos em categorias (adequado, alerta e risco) criado pela USP. No caso da UFRGS, observa-se a sistemática do conselho de classe para avaliar o desempenho dos alunos. Nos casos da FURB e da UNINOVE, verifica-se a indução de os alunos se adequarem aos projetos de pesquisa do professor e às linhas de pesquisa do programa. Esta sistemática auxilia o aluno no cumprimento dos prazos, pois os professores fazem um acompanhamento muito próximo.

Com relação aos egressos, o sistema de avaliação da CAPES não exige o seu acompanhamento. Na pesquisa percebeu-se que os ainda não possuem uma sistemática para acompanhar as atividades de seus ex-alunos. Porém existe uma movimentação por parte dos programas, no sentido de criarem mecanismos que permitam fazer este acompanhamento. Isto possibilitará uma melhor avaliação do resultado da formação do aluno e também como o programa está atendendo às demandas da sociedade.

Inserção Social

O critério inserção social representa 10% da avaliação global no sistema de avaliação da CAPES. Este critério ainda em consolidação, haja vista que ele foi inserido, pela primeira vez na avaliação, no triênio 2004-2006 e deverá ganhar mais importância na medida em que for sendo aperfeiçoado pelos programas e pela área de administração. Contudo, ele já possui um peso forte (embora qualitativo) nos programas que possuem conceitos “6” e “7”.

Ao analisar as respostas dos coordenadores, verifica-se que os programas já estão realizando ações no sentido de atender às demandas do sistema para esse quesito. Dessa forma, percebe-se que eles estão implementando principalmente projetos para a oferta de mestrados e doutorados interinstitucionais (Minter e Dinter respectivamente) em outras regiões, com ênfase nas mais carentes (também estimuladas pelo sistema). Contudo, há demandas dos programas da USP e UFRGS para ampliar ainda mais esse processo. Isso foi observado no comentário do coordenador do programa da USP, que falou que faltam mecanismos por parte da CAPES para garantir e ampliar a oferta de vagas para alunos provenientes dessas regiões, e há dúvidas se a CAPES garantirá os recursos para apoiar iniciativas dos programas interinstitucionais. No caso da UFRGS, o problema para ampliação da inserção social do programa recai sobre o fato de que a CAPES impõe limite de oferta de cursos fora da sede por parte dos programas.

Os programas da FURB e da UNINOVE também estão se articulando para participarem de Minter e Dinter, respectivamente. Destaca-se que todos os programas apontaram a importância da formação de recursos humanos para atender às demandas sociais, regionais e nacionais, embora o sistema de avaliação atribua pouco peso a esse critério. Os coordenadores ainda destacaram que os programas estão preocupados em formar pessoas com qualidade.

Além disso, a inserção internacional é uma das exigências do sistema de avaliação para os programas com “6” e “7”. Nesta perspectiva, é exigido um nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos. A partir disso, percebe-se que o sistema de avaliação da CAPES está induzindo os programas considerados de excelência a atuarem cada vez mais em nível internacional. Nesse sentido, identifica-se que os programas da USP e da UFRGS têm ações bem articuladas no sentido de aumentarem sua produção internacional. Realça-se a ampliação dos intercâmbios com universidades estrangeiras e o incentivo para a formação de *networking* entre os professores, com o objetivo de parceria para a produção internacional. Outro aspecto identificado em questões anteriores, mas que tem relação com esta, é o fato de esses programas possuírem estímulos financeiros para os professores que publicam em periódicos internacionais.

No caso dos programas da FURB e da UNINOVE, que possuem nota “4”, não há a exigência do sistema de avaliação para inserção internacional, mas eles estão trabalhando nesta direção, pois este é o caminho para aumentarem o nível da nota na avaliação.

Sistema de Avaliação

A classificação (*ranking*) adotada pelo sistema de avaliação da CAPES é apoiada pelos coordenadores dos programas pesquisados, sendo um importante fator de distinção de qualidade entre eles. Este sistema auxilia ainda os programas na própria orientação dos seus esforços, no sentido de evoluírem constantemente para atingir uma melhor nota.

Porém, na análise das entrevistas, verifica-se que há espaço para melhorias, principalmente em relação a flexibilidade do sistema e do uso de um mesmo sistema para todas as áreas. Os coordenadores da UFRGS e da UNINOVE afirmaram que a CAPES deveria flexibilizar um pouco o sistema, para levar em conta as diferenças entre as áreas ou até as existentes dentro da própria área.

Por fim, a questão da excessiva priorização dos indicadores de produtividade foi levantada junto aos entrevistados. Sabe-se que o sistema de avaliação da CAPES leva em conta dois aspectos, principalmente o da produtividade e o do equilíbrio, ou seja, a distribuição da produtividade de forma equilibrada entre os docentes permanentes. Destaca-se que a maioria dos índices de produtividade são obtidos por meio da divisão da quantidade do item avaliado sobre o total de docentes permanentes. Este parece ser um viés polêmico do sistema de avaliação, pois induz os programas a repensarem seu tamanho. Isso foi observado na entrevista com os coordenadores, pois eles estão receosos em melhorar os índices de produtividade em detrimento da inserção social e a formação de alunos. Atualmente, o sistema induz à redução do quadro de docentes, haja vista que os coordenadores informaram que para o programa alcançar alta produtividade bastaria reduzir o número de docentes permanentes, deixando apenas os mais produtivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de avaliação da educação não é um fenômeno brasileiro, ele vem sendo adotado por vários países com a participação do Estado em maior ou menor monta. Atualmente, o processo de avaliação adotou uma nova dinâmica visando a subsidiar o Estado com informações para orientar financiamentos, canalizar as pressões sociais por acesso ao ensino de qualidade (SCHWARTZMAN, 1990; DURHAM, 1992).

Um caso exemplar em é o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira realizado pela CAPES que é reconhecido como um dos mais modernos e eficientes do mundo, pois quando se compara o sistema de ensino superior brasileiro ao do México, observa-se que ambos possuem basicamente o mesmo número de IES. No Brasil, porém, são formados aproximadamente 10.000 doutores por ano, enquanto no México esse número não ultrapassa 5.000. Gassola (apud SBPC, 2008) atribui essa diferença a maior eficiência indutiva do sistema de avaliação da CAPES.

Ao buscar entender o sistema de avaliação da pós-graduação utilizado pela CAPES e o sua utilização por parte dos programas de pós-graduação, nota-se que os critérios e itens de avaliação estão bem definidos e são conhecidos pela comunidade acadêmica avaliada. Nesse sentido, é inegável a influência que o sistema de avaliação exerce sobre o desenvolvimento dos programas de pós-graduação em Administração do Brasil.

Nos programas pesquisados, os coordenadores consideram o sistema de avaliação da CAPES como um norteador de suas ações e metas. Neste sentido, sob o ponto de vista dos requisitos de qualidade mínima para um programa de pós-graduação, o sistema de avaliação tem ajudado, indistintamente, os programas a direcionarem seus esforços e investimentos, tanto para a infra-estrutura quanto para a produção intelectual docente e discente, levando-os a um melhor desempenho.

Devido a sua natureza essencialmente quantitativa do sistema de avaliação induz a produtividade e equilibra os papéis e funções dos constituintes do programa. Por um lado, o sistema motiva um alto desempenho quantitativo em termos de produção intelectual, geração de pesquisa e formação discente; por outro, incita à observância exclusiva dos critérios quantitativos requeridos pelo sistema de avaliação.

O sistema de classificação (*ranking*) adotada pelo CAPES é apoiada pelos coordenadores dos programas pesquisados, sendo um importante fator de distinção de qualidade entre eles. Porém, na análise das entrevistas, verifica-se que há espaço para melhorias, principalmente em relação a flexibilidade do sistema e do uso de um mesmo sistema para todas as áreas.

Finalmente, o sistema da CAPES tem ajudado a garantir a qualidade mínima e a direcionar novos programas - incipientes e inexperientes - a uma rápida consolidação, porém,

não estimula os programas grandes e consolidados a ampliarem seu escopo de competências e suas contribuições no âmbito da inserção social.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.

ALLEN, N. L. **Avaliação em larga escala**: lições de experiências. Brasília: MEC. SEDIAE : Fundação Cesgranrio, 1996. p.77-99. BBE.

BRASIL. **Decreto n. 6.316, de 20 de dezembro de 2007**. Aprova o Estatuto e Quadro demonstrativo dos cargos em comissões da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Brasília, 20 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br/result.jsp?index=CAPES&field=title&field=keywords&field=description&field=content&query=estatuto+da+CAPES>. Acesso em 20 de maio de 2008.

CAPES. A Reformulação do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação Brasileira. Brasília: Diretoria de Avaliação CAPES: 1999.

_____. **CAPES 50 anos**: Depoimentos ao CPDOC/FGV. Organizadores Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira. Brasília: CAPES, 2002, 343 p.

_____. **Critérios de Avaliação da Área de Administração Contabilidade e Turismo (Triênio 2004-2006)**, 2006. Disponível em: http://www.CAPES.gov.br/export/sites/CAPES/download/avaliacao/CA2007_AdministracaoTurismo.pdf. Acesso em 5 de abril de 2008a.

_____. **Caderno de Indicadores**. Disponível em: <http://conteudoweb.CAPES.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet>. Acesso em 15 de abril de 2008b.

_____. **Planilha comparativa da avaliação trienal 2007**. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br/avaliacao/planilhascomparativastrienal2007.html> Acesso em 15 de maio de 2008c.

_____. **Relação de cursos aprovados**. Atualizado em 04/05/2009. Disponível em <http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>. Acesso em 01 jun. 2009.

DURHAM, E.R. A institucionalização da Avaliação. In: DURHAM, Eunice R e SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Avaliação do ensino superior**. São Paulo: Edusp, 1992.

EA - Escola de Administração da UFRGS. **Missão**. Disponível em: <http://www.ea.ufrgs.br/>. Acesso em 21 de abril de 2008.

EAD - Escola de Administração. **Missão e Visão do Departamento de Administração**. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/DA/index.htm>. Acesso em 20 de abril de 2008.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, 1989.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FURB - Universidade Regional de Blumenau. Disponível em: <http://www.furb.br/> Acesso em: 23 de maio de 2008.

HERRIOTT, R. E; e FIRESTONE, W. A. Multisite qualitative policy research: Optimizing description and generalizability. **Educational Research**, v. 12 p. 14-19, 1983.

HOUSE, E. R. Tendencias en evaluación. **Revista de Educación**, n. 299, 1992.

MILES, M. B. e HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: an expanded sourcebook**. 2ed. Oaks, CA: Sage, 1994.

SAMARA, B. S.; BARROS, J. C. de. **Pesquisa de marketing: conceitos e metodologia**. 2. ed. São Paulo: Nakron Books, 1997.

SCHWARTZMAN, S. **O contexto Institucional e político da avaliação do ensino superior**. Nucleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo. USP: 3/1990.

VAN MAANEN, J. **Tales of the Field: on writing ethnography**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

YIN, R. **Case study research: Design and methods**. 3ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2003.

ⁱ Sistema Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.